



LA RAZÓN HISTÓRICA  
 Revista hispanoamericana de Historia de las Ideas  
 ISSN 1989-2659  
 Número 55, Año 2022, páginas 103-126  
[www.revistalarazonhistorica.com](http://www.revistalarazonhistorica.com)

## A escrita literária da Farroupilha no século XIX: Um estudo de caso – *O corsário*

### Farroupilha's literary writing in the 19th century: A case study – *O corsário*

**Fabício Antônio Antunes Soares**  
 PPGH/UNIFAP-Brasil

**Resumo:** O presente artigo quer examinar como o romance *O corsário* constrói o sentido literário para a Farroupilha. O período e o espaço investigado é o primeiro quartel de Brasil pós-independência. Desse modo, tem-se por objetivo analisar como foi construída a narrativa sobre a Farroupilha no contexto denominado a “Construção da Ordem”. A fonte é o romance *O corsário* do letrado Caldre e Fião. Portanto, a hipótese que norteia o artigo é saber como o texto literário se articula e constrói o seu sentido narrativo em relação ao período da construção da ordem monárquica no Brasil. A metodologia usada para tal investigação é a operação historiográfica de M. Certeau, mas repensada para a escrita literária. Por fim, o artigo infere que a operacionalidade da metodologia, a fonte, e o período da “Construção da Ordem” demonstram a vinculação do romance *O corsário* com o seu ambiente histórico e intelectual.

**Palavras-Chave:** História intelectual; Literatura; Teoria da história. Farroupilha.

**Abstract:** The present paper wants to examine how the novel *O corsário* constructs literary meaning for the Farroupilha. The period and space investigated is the first quarter of post-independence Brazil. Thus, it aims to analyze how the narrative about Farroupilha was constructed in the context called the "Construction of Order". The source is the novel *O corsário* by the literary Caldre e Fião. Therefore, the hypothesis that guides the article is to know how the literary text articulates and constructs its narrative meaning in relation to the period of the construction of the monarchical order in Brazil. The methodology used for such investigation is the historiographical operation of M. Certeau, but rethought for literary writing. Finally, the paper infers that the operationality of the methodology, the source, and the period of the "Construction of Order" demonstrate the novel's linkage of *O corsário* to its historical and intellectual environment.

**Key words:** Intellectual history; Literature; Theory of history. Farroupilha.

**Resumen:** El presente artículo quiere examinar cómo la novela *O corsário* construye el sentido literario para Farroupilha. El período y el espacio investigados son el primer trimestre de Brasil después de la independencia. Así, se pretende analizar cómo se construyó la narrativa sobre Farroupilha en el contexto denominado "Construcción del Orden". La fuente es la novela *O corsário* do letrado Caldre e Fião. Por lo tanto, la hipótesis que guía el artículo es conocer cómo el texto literario articula y construye su sentido narrativo en relación con el período de la construcción del orden monárquico en Brasil. La metodología utilizada para dicha investigación es la operación historiográfica de M. Certeau, pero repensada para la escritura literaria. Finalmente, el artículo infiere que la operatividad de la metodología, la fuente y el período de la "Construcción del Orden" demuestran el vínculo de la novela *O corsário* con su entorno histórico e intelectual.

**Palabras clave:** Historia Intelectual; Literatura; Teoría de la historia. Farroupilha.

## 1. Introdução

Esse artigo analisa como o romance *O corsário*, publicado em livro em 1851, do literato sul-rio-grandense Caldre e Fião (1821-1876), constrói em sua narrativa uma interpretação literária da história da Farroupilha. Assim, o artigo investigara as relações da obra de Caldre e Fião tanto com o contexto político e intelectual de sua época como analisará a narrativa da sua escrita literária da história. No período de produção e publicação de *O corsário*, por um lado, a historiografia brasileira recém nascia em torno do IHGB e, por outro lado, a literatura brasileira surgia em sua primeira versão romântica. Também, a narrativa do romance compreendia a Província sulina dentro dos marcos do Estado nacional brasileiro, assim, o artigo trabalha com a hipótese de que a obra *O corsário* articula-se com o período de construção da ordem monárquica e, assim, para isso descreveu as paisagens e os personagens sul-rio-grandenses como pertencentes a jovem nação brasileira.

Para alcançar o objetivo aqui proposto, o artigo vale-se da operacionalidade analítica de entender a obra de Caldre e Fião como uma "operação historiográfica" (CERTEAU, 2007, p. 65-119), isto é, os procedimentos que Certeau (2007) expõe, para analisar a escrita da história, usarei para analisar a escrita literária da história. Inequívoco que o que Certeau (2007) propõe é para a operação historiográfica *strictu senso*, mas, eu pretendo ver a possibilidade fecunda, de tal arcabouço metodológico, posta a serviço da análise da escrita literária da história. Para fazer

essa translação da historiografia para a literatura dois passos teóricos são importantes, por um lado, apreender e operar as diferenças entre ambas as escritas (LIMA, 1989; 2006) e, por outro lado, manejar as semelhanças (RICOUER, 2010, V. 1; V. 3)

Portanto, o caminho desta investigação é saber como *O corsário*, se articula com o lugar social, com a prática e a escrita, em outras palavras, como é possível perceber a “operação historiográfica” na literatura sobre a Farroupilha (RODRIGUES, 2019) (SOARES, 2019). Assim sendo, ao examinar a obra de Caldre e Fião, como uma operação literária da história, significa analisá-la como a articulação entre a) um lugar social, b) práticas científicas e c) a escrita de um texto (CERTEAU, 2007, pg. 66). Para compreender, portanto, a história das narrativas<sup>1</sup> sobre a Farroupilha (SOARES, 2019) (PESAVENTO, 2009), parte-se do pressuposto de que qualquer e narrativa histórica e literária se encadeia com um(ns) lugar(es), um(as) prática(s) e escrita(s) e, também, suas determinações tanto sociais e culturais como políticas e econômicas.<sup>2</sup> Isso acarreta uma forma de proceder na escrita literária da história limitada por condições inerentes ao lugar, a prática e a escrita de sua produção. Esse é, então, um dos requisitos do desenvolvimento da operação literária da história, portanto, além de fornecer, por um lado, a solidez social à escrita literária, por outro lado, o lugar social, a prática e a escrita, também, a tornam possível e, assim, a escrita literária, em comparação com a escrita da história, delinea-se “por uma *relação da linguagem* com o corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe” (CERTEAU, 2007, p. 76).

---

<sup>1</sup> A narrativa, no caso deste artigo, reconstrói o tempo histórico no presente. Para Ricoeur (2010 v.1), pela junção de um sujeito e um predicado, algo é alegado sobre o sujeito da frase. Quando o romancista e o historiador narram, criam na obra o que foi a história. A narrativa, historiográfica ou literária, relata a vida de personagens em um enredo que produz a convergência a partir da divergência. Os indícios do passado, nas fontes e vestígios, adquirem sentido no enredo de uma narrativa, e, deste modo, um sentido é constituído para os fenômenos que surgem dispersos na linguagem. Assim, o mundo do texto, que a narrativa institui, é um dos lugares de sentido do passado.

<sup>2</sup> Desse modo, pensar a Farroupilha como objeto historiográfico alude a que a historiografia é a obra de um *lugar* e, entre suas hierarquias e seus códigos, entre a seleção da documentação até a escrita do passado, o fazer do(a) historiador(a) é referente à estrutura da sociedade que permite e impõe os usos do passado no presente (Hartog; Revel, 2001).

Portanto, para atingir o objetivo aqui proposto, dividiu-se o artigo em quatro partes. Na primeira parte discute-se a hipótese que norteia o artigo. Na segunda parte analisasse o lugar social e político da obra *O corsário*. Na terceira parte analise-se as práticas literárias em torno da fonte e, por fim, a última parte analisa a escrita do texto.

## 2. A hipótese em torno de *O corsário*

O período monárquico brasileiro foi a construção do Estado-nação (Carvalho 2012). Nesse período, o Brasil consolidou a sua independência, garantiu a unidade da territorial, definiu suas relações externas, fundou uma monarquia constitucional, manteve a liberdade de imprensa, deu os primeiros passos na industrialização e, demoradamente, terminou com o trabalho escravo. Assim, o período do Brasil monárquico analisado neste artigo vai de 1838 a 1850 e é denominado, por Carvalho (2012), como a construção da ordem – momento em que foram lançados os fundamentos do Estado brasileiro.<sup>3</sup>

a Farroupilha, ou Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos,<sup>4</sup> foi um conflito militar e político na Província de São Pedro entre 1835 e 1845. Ela faz parte de um duplo movimento histórico, a montante, faz parte das revoltas regenciais que assolaram o Império Brasileiro em seu início de consolidação e, a jusante, faz parte dos conflitos platinos que varreram essa região na constituição de seus Estados-nacionais. Desse modo, a Farroupilha começou como um movimento de autônima política da Província, como as demais províncias brasileiras, para um ano depois, tornar a Província de São Pedro<sup>5</sup> uma República separada do Brasil. Também, a

---

<sup>3</sup> Dolhnikoff (2005) problematiza as afirmações de Carvalho. Ela entende que “a proposta de uma distribuição equilibrada do aparelho do Estado pelo território imperial era um projeto nacional capaz de articular as diversas elites provinciais, uma vez que estas não se confundiam com as forças locais. E esse projeto não era apenas dos liberais, mas também dos conservadores, pois, o que os dividia eram divergências pontuais em torno das dificuldades para sua implementação” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 83). Portanto, as elites regionais desenvolveram-se igualmente como elites políticas de destacada atuação no contexto político brasileiro mais amplo. Nesse concerto político, foi preciso a corte imperial adaptar-se às facções regionais, para prevenir insatisfações que atrapalhariam a coesão do Brasil sob a monarquia.

<sup>4</sup> Outras denominações pela qual a Farroupilha é conhecida.

<sup>5</sup> Nome do atual Estado do Rio Grande do Sul.

Farroupilha tornou-se o pilar central da identidade do sul-rio-grandense pelas mais variadas práticas simbólicas ao longo de um século.

Portanto, foi nesse contexto histórico de construção da ordem que se iniciou um modo e um controle sobre como recordar os dez anos da Farroupilha, assim, o controle – da memória e do imaginário – se exerce no jogo político-social, nas instituições e também na escrita sobre o passado.<sup>6</sup> Também, nesse período um novo elemento identitário se criava no século XIX: a nacionalidade (THIESSE, 2001; 2002). A produção de um passado brasileiro, no segundo quartel do século XIX, iniciou a formação da identidade brasileira, e a identidade nacional começou a ser construída pela elite letrada tanto na literatura quanto em torno do IHGB, desse modo, os limites da escrita sobre o futuro e o passado da jovem nação começavam a ser moldados, logo, a representação da Farroupilha passava por esses espaços de escrita, que eram espaços de política e estética e, dessa forma, *O corsário* está envolto no contexto da construção da ordem.

Para tanto, a reconstrução da ambiência histórica do texto de *O corsário* ajuda a entender o próprio escrito, isto é, o lugar de produção textual que é uma condição de possibilidade da escrita sobre a Farroupilha. Mas, isso não é tudo, o significado de um texto não se explica somente por seu contexto ou por uma base econômica, antropológica ou política-institucional, pois, o texto exige uma análise de sua estrutura narrativa, de seus personagens e de sua intriga que não são, apenas, um reflexo do lugar de produção. Portanto, Caldre e Fião usou a Farroupilha como matéria de sua narrativa e a estética romântica, do período, foi a via pela qual se constituiu em literatura a Farroupilha. O romance fez-se de maneira a descrever paisagens e hábitos locais, contribuindo para a cor local<sup>7</sup> da Província do Rio Grande ser conhecida no Império inteiro. A matéria do romance estava quente ainda quando Caldre e Fião escreveu sua narrativa e o romance trazia personagens e suas

---

<sup>6</sup> Para Lima (2009, p. 228-229), “o controle supõe, primeiramente a concordância da obra com os valores aceitos e consagrados pelas instituições de certa sociedade, as quais costumavam (e costumam) recorrer a letrados para exercê-los [...] O controle visa a evitar qualquer dissonância, pelo menos de peso, entre a aventura narrada e os valores reiterados pela sociedade”.

<sup>7</sup> Sobre o entendimento do conceito de cor local no século XIX, ver Cezar (2004b).

paisagens articulando-os a construção da ordem monárquica e se as dissensões internas foram lembradas era com o objetivo de não serem mais repetidas. Além disso, Caldre e Fião publicou o seu primeiro romance, *A divina Pastora*,<sup>8</sup> em 1847. No mesmo sentido que as memórias históricas publicadas anos antes,<sup>9</sup> este romance de Caldre e Fião defende a monarquia e condena a Farroupilha.

José Antonio do Valle (Caldre e Fião somente depois incorporaria ao nome) nasceu em Porto Alegre em 1821. Aos 13 anos começou a trabalhar em uma farmácia na capital sulina. Aos dezesseis, foi admitido como auxiliar de botica na Santa Casa de Misericórdia também na Capital. Aos 22 anos foi para a o Rio de Janeiro ainda nos tempos da Farroupilha. Exerceu o magistério em escola particular na Capital do Império, portanto, não saiu do Estado natal por questões políticas, mas, para formar-se em medicina no Rio de Janeiro, dedicando-se aos estudos de homeopatia. Também, na Corte, desempenhou as atividades de jornalista e professor. Ainda no Rio de Janeiro, fundou o jornal *O Filantropo* em cujas páginas defendeu o fim da escravidão<sup>10</sup> e que lhe valeu inúmeras perseguições. Além disso, foi um dos fundadores, em 1850, da Sociedade contra o Tráfico de Escravos. Em 1852, retornou para Porto Alegre, sendo eleito à Assembleia Provincial em muitas legislaturas. Pertenceu ao Partido Liberal, quando este se cindiu aderiu à chamada ala progressista. Na área das letras, foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico da

---

<sup>8</sup> O primeiro romance que narrou a Farroupilha foi de autoria de Caldre e Fião: *A divina pastora*, de 1847. O livro é o segundo romance na história da literatura brasileira. No entanto, a primeira edição do livro desapareceu, tornando a obra um enigma na história da literatura. O livro teria sido tirado de circulação por retaliação de um traficante de escravos desafeto de Caldre e Fião. Após 145 anos de procura, por fim em 1992 o livro foi encontrado em Montevideú. Apesar de ser um livro que ficou tanto tempo sumido e que não chegou a criar, após sua publicação, uma tradição de escrita regional, como *O gaúcho* de José de Alencar, contudo ele é importante, pois foi o primeiro romance que narrou a Farroupilha. Além disso, Caldre e Fião pode estender sua influência nas letras rio-grandense, pois tanto participou do IHGPSP quanto do Partenon Literário. O corsário, à semelhança do romance anterior, “também se eclipsou em prolongado sumiço” (REVERBEL, 1992. p. 238) e em 1954, Guilhermino César reencontra o livro.

<sup>9</sup> Foram três memórias históricas: A primeira de 1841 é *Bosquejo Histórico e Documentado* de Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho; a segunda, também de Saturnino, é de 1842 *Negócios do Rio Grande*; a terceira é de 1846 *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias* de Antônio Manuel Correia Câmara.

<sup>10</sup> A temática da escravidão foge ao escopo deste artigo, mas para uma análise do tema no romance de Caldre e Fião, ver Tomasi (2007).

Província de São Pedro (IHGPSP) em 1860.<sup>11</sup> Em 1868, foi nomeado o primeiro presidente da sociedade literária Partenon Literário, que congregava a nova geração de intelectuais rio-grandenses.

Portanto, os anos passados na Corte foram, para Caldre e Fião, de intensa atividade pública e produção intelectual. Foi professor, dono de jornal, publicou dois romances, guias homeopáticos e intensa atividade abolicionista, mas, também “a fidelidade ao regime monárquico temperava seu liberalismo político [...] Caldre e Fião empenhava-se em cumprir um papel de homem público e construir as instituições sociais e políticas do império”. (LAZZARI, 2004, p. 53). Assim sendo, merece ênfase nesta pequena biografia intelectual de Caldre Fião o fato de que ele se formou intelectualmente e como homem público na Capital do Império e, assim, isso são vestígios de sua vida intelectual.

### **3. O lugar social e político da escrita literária da história de *O corsário***

O período que foi denominado a construção da ordem, começa em 1831 quando D. Pedro I abdicou do poder em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, à época com cinco anos de idade. Com a impossibilidade de seu filho assumir o trono, a abdicação de D. Pedro I deu início a um período de intensa disputa política e essa época ficou conhecida como período regencial e durou de 1831 a 1840. Para Carvalho (2012, p. 87), como na América hispânica, “houve no Brasil instabilidade, revoltas regionais, conflitos urbanos, secessões. A diferença em relação aos países hispânicos foi que o Brasil conseguiu sobreviver ao teste e manter sua unidade política”, ademais, o período regencial teve duas fases: de 1831 a 1837 correspondeu ao domínio dos liberais moderados e de 1837 a 1840 foi caracterizado pela reação conservadora.

Os liberais moderados, quando no controle do governo da regência, tiveram que lutar com dois problemas: por um lado, a manutenção da ordem pública e, por outro lado, as pressões federalistas. Para solucionar o primeiro problema, criaram a

---

<sup>11</sup> Sobre o IHGPSP, ver Boeira (2009), capítulo “O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a missão de historiar”.

Guarda Nacional com o fim de “colocar a manutenção da ordem nas mãos dos que tinham algo a defender, isto é, dos proprietários” (CARVALHO, 2012, p. 89) e em relação ao federalismo, a Constituição de 1824 era demasiadamente centralizadora para um país tão vasto, portanto, em 1834 foi reformada Constituição por um Ato Adicional e o novo sistema só não foi inteiramente federal porquanto os presidentes permaneciam a serem designados pelo governo central, assim, “a descentralização de 1834 viabilizou o surgimento de um novo tipo de revolta. O aumento do poder dos governos provinciais fez deles objetos de luta entre as facções locais” (CARVALHO, 2012, p. 90). Dessa forma, por um período de dez anos surgiram várias revoltas regenciais: Cabanagem (1835-1840), Balaiada (1838-1841), Sabinada (1837-1838), Farroupilha (1835-1845) e Revolta dos Malês (1835). Temendo a desintegração do país, o regente Feijó decidiu renunciar e quem o substituiu foi Pedro de Araújo Lima, político experiente vindo do Primeiro Reinado. Ele era formado em Coimbra, senhor de engenho em Pernambuco, “profundamente conservador e opositor declarado da descentralização introduzida pelo ato adicional [...] tanto o novo regente quanto a nova Câmara apoiavam a reforma do Ato Adicional. Foi o início do movimento que ficou conhecido como regresso conservador” (CARVALHO, 2012, p. 95).

Mas, quem liderou politicamente o regresso foi Bernardo Pereira de Vasconcelos.<sup>12</sup> Ele fora ex-aluno de Coimbra e deputado por Minas Gerais, também, fora antigo liberal, ex-aliado do padre Feijó e o autor do projeto de lei do Ato Adicional de 1834. Ele foi chamado para o ministério de Araújo Lima juntamente com políticos ligados a magistratura e a agricultura de exportação.<sup>13</sup> Também,

---

<sup>12</sup> Foi ministro da justiça de 1837 a 1839. Sobre Vasconcelos ver: Carvalho (1999).

<sup>13</sup> Nesse período, começariam a surgir os dois partidos do Império: o Partido Conservado e o Liberal. Segundo Carvalho, a filosofia dos conservadores, desenvolvida por Vasconcelos, defendia um Estado central forte e um governo baseado nas classes conservadoras. A maioria do partido era composta por: “proprietários de terra e escravos voltados para a agricultura de exportação, concentrados nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, por grandes comerciantes e pela burocracia, sobretudo judiciária. O Partido Liberal, por seu lado, favorecia a descentralização política e administrativa, era menos resistente às medidas tendentes a abolir o tráfico e congregava, sobretudo, os proprietários rurais mais voltados para o mercado interno, como os de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul e profissionais liberais urbanos” (CARVALHO, 2012, p. 95).

receando outras reformas regressistas, os liberais tentaram evitá-las apelando a uma causa popular; a antecipação da maioria do imperador que, pela Constituição, só era possível em dezembro de 1843. O movimento teve apoio da população e, em 1840, a maioria de D. Pedro II foi sancionada e os liberais voltaram ao poder. Mas, o governo liberal durou apenas um ano e os conservadores de volta ao poder avançaram em seu projeto centralista. Receosos de que muito acúmulo de poder os eliminasse do jogo político, os liberais apelaram as armas. Em 1842, surgiram revoltas em São Paulo e Minas Gerais e foi nessa ocasião que o imperador, já com certa experiência, principiou a fazer uso do Poder Moderador. Assim, os liberais derrotados em campo de batalha em 1842 foram dois anos após, em 1844, chamados ao governo e a anistia foi concedida. Para Carvalho (2012, p. 98), “essa capacidade de arbitramento por parte do Poder Moderador ajudou a legitimar a monarquia” e depois da rebelião Praieira “fechava-se com essa revolta o ciclo de rebeliões iniciado após o Ato Adicional. O sistema estabilizou-se sob a hegemonia dos conservadores que se estenderia por cerca de dez anos” (CARVALHO, 2012, p. 98). Portanto, para o autor o ano de 1850 foi um marco divisório na política imperial, pois

O gabinete conservador que assumiu em 1848 derrotou a Praieira e governou, com algumas mudanças, até 1853. Foi o segundo gabinete mais longo do segundo Reinado. Eliminando as revoltas, consolidando o regime, o governo sentiu-se em condições de enfrentar alguns problemas urgentes na área social, econômica e de política externa. (CARVALHO, 2012, p. 98).

A primeira das reformas foi o fim do tráfico de escravos, pois, com a pressão da Inglaterra, o gabinete decidiu acabar com o tráfico, assim, o governo empenhou-se na repressão prendendo e deportando traficantes. Depois vieram a Lei de Terras e o Código Comercial, sendo “o início da modernização capitalista do país” (CARVALHO, 2012, p. 101). Na política externa, o Brasil interviu novamente no Prata retirando Rosas do poder; desse modo, se definiu uma política para a área diplomática: não conquistar e não deixar conquistar. Em 1850, o governo também reformou a Guarda nacional e, tal reforma, estreitou os laços que uniam a instituição

ao governo. Nas mãos do governo os postos da Guarda viraram moeda política. Para Carvalho, o aumento de controle sobre a Guarda foi a última medida dentro do movimento de centralização iniciado em 1837. Para Mello (2004, p. 273),

O Estado Imperial esforçou-se por criar uma nação brasileira para além do Estado territorial que a Independência e a superação das revoltas da Regência haviam configurado. Essa unidade geográfica, essas fronteiras definidas de um país tão amplo, era um fator de soberania, mas não a sua fonte. Isso já era coisa do passado. Agora, qualquer Estado devia se legitimar pela unidade nacional. Disto tiveram consciência os construtores do Império, valendo-se de ferramentas do Estado burocrático centralizado para incutir uma fidelidade a ele dirigida. Símbolos e rituais foram criados, instrumentalizou-se a literatura romântica, moldou-se uma narrativa oficial da nação.

Desse modo, percebe-se que a construção da ordem é a própria construção do Estado monárquico centralizado ligado aos interesses do setor cafeeiro do sudeste do Brasil. A jovem nação sul-americana, surgia pelo centralismo burocrático, o trabalho escravo e o patrimonialismo social. E a hipótese da construção da ordem surge com um caráter irrevogável com que os letrados brasileiros, do período, teriam que dialogar e negociar.

#### **4. A prática da escrita literária da história em *O corsário***

Em um período em que, a maioria dos letrados são políticos ou agentes do Estado monárquico, há uma articulação dos seus escritos com o interesse do Estado. Em sua maioria, só publicam ou participam dos espaços institucionais reconhecidos socialmente à época aqueles comprometidos com o interesse do Estado, havendo poucos espaços (havia debates sobre diferentes projetos políticos<sup>14</sup>) para a produção de algo que divergisse do projeto da monarquia.<sup>15</sup> Desse modo, após a

---

<sup>14</sup> Um exemplo disso é o debate sobre a questão indígena, sobre isso ver Guimarães (2011).

<sup>15</sup> Sobre a indistinção entre atividades políticas e intelectuais no século XIX brasileiro, ver Alonso (2000). Também, para Lazzari (2004), apesar de história e literatura serem considerados gêneros

independência, torna-se um imperativo à classe dirigente a busca de criação de uma literatura autônoma no Brasil, manifestando a seu modo os temas, dilemas e aspectos da nova nação.<sup>16</sup> A literatura romântica se articulou ao processo de construção da ordem. Portanto, para Araujo (2008, p. 124):

Ela precisa ser a expressão de uma identidade. A nação já não é apenas a soma dos homens bons, mas um personagem histórico que é anterior à própria comunidade empírica [...] Compreender a literatura como expressão de uma unidade individual chamada nação criava a necessidade de explicar as forças que a organizavam.

Os literatos foram, pois, à busca das tradições nacionais e da história,<sup>17</sup> sendo uma consequência o tema local, isto é, descrever costumes, paisagens e fatos nacionais. O romance foi um elemento que se articulou a construção da ordem e, desse modo, os letrados românticos encontraram neste gênero o veículo ideal,<sup>18</sup> assim, há três eixos para se pensar o romance romântico: a) o lastro do real;<sup>19</sup> b) visão de país; e c) temas. Sobre o terceiro eixo, que interessa mais diretamente ao artigo, a expansão do romance romântico imprimiu a “disposição de fixar

---

distintos, ambas eram complementares aos “homens de letra” do século XIX. Tanto a história como a literatura eram praticadas, em muitos casos, pelos mesmos autores, sem uma maior especialização. Para Cezar (2004a), havia a carência de regras claras para definir as fronteiras do campo histórico e o literário.

<sup>16</sup> O primeiro sinal desta mudança literária é a revista *Niterói* lançada em Paris em 1836 com o artigo de Magalhães (1836, p. 152): “No século XIX com as mudanças, e reformas políticas, que tem o Brasil experimentado, nova face Literária apresenta. Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia de Pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome”. Araujo (2008, p. 130-131) escreve, comentando o texto de Magalhães, que “no século XIX, a história da literatura estava destinada a assumir o papel que a religião exercera, ou seja, produzir totalidades estáveis”.

<sup>17</sup> Para Araujo (2008, p. 122), “Claro está que ao novo conceito de literatura era fundamental um novo conceito de história” e, segue o autor, “a cunhagem de um novo conceito de história não poderia ser entendida como uma tarefa de especialistas ou de um campo do conhecimento, mas como a confluência de demandas oriundas das mais diversas áreas da atividade ‘letrada’” (ARAUJO, 2008, p. 187).

<sup>18</sup> Para Candido (2013, pg. 433): “[...] o nosso romance tem fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar o país. Talvez o seu legado consista menos em tipos, personagens e enredo do que em certas regiões tornadas literárias”.

<sup>19</sup> Segundo Araujo (2008, p. 120), “A ênfase no papel testemunhal da literatura é correlata à percepção da singularidade de cada povo e [...] de cada época ou geração [...] uma peça no grande quadro da história da humanidade”.

literariamente a paisagem, os costumes, os tipos humanos” (CANDIDO, 2013, p. 434), portanto, dentre os assuntos nacionais foram os mais apreciados os mais diferentes para o cidadão: os índios e o homem rural e, nesse contexto intelectual, “O literato adquiria a sua via singular de fazer política. Como educador, sua missão era qualificar o brasileiro, que entregue aos seus próprios instintos não poderia ser o cidadão de um país civilizado” (ARAUJO, 2008, p. 133).

No campo da produção historiográfica cria-se, em 1838, no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que desempenharia papel relevante na construção da memória e da história da nação. Assim, a partir desse momento, havia um núcleo arquivador e irradiador da história nacional.<sup>20</sup> No pano de fundo da fundação do instituto,

estava a veneração da nação, sendo a história vista como instrumento para elevar seu brilho e sua honra [...] o instituto foi criado no momento em que o país buscava proteção contra a “revolução” [...] os “princípios republicanos anárquicos” são rejeitados e combatidos. A manutenção da monarquia é tomada como garantia e pressuposto para a integração do país. (GUIMARÃES, 2011, p. 69).

Portanto, a hipótese de articulação entre a operação literária da história e a construção da ordem, na investigação de *O corsário*, ganha folego ao mapear-se o contexto intelectual do período. A formação dos próprios letrados à época articula-se com um projeto de nação, claro que isso não é determinístico, mas, é uma evidência com que os letrados da época teriam que lidar.

## 5. A escrita literária da história em *O corsário*

### 5.1. O cenário do Romance

Em 1851, Caldre e Fião lançou o seu segundo romance: *O corsário*. O romance veio a lume em folhetins, no jornal *O Americano*, do Rio de Janeiro, a partir de janeiro

---

<sup>20</sup> Conforme observou Guimarães (2011), os historiadores do IHGB não eram historiadores de formação, mas, eram juristas, militares, médicos ou políticos. Esses homens se definiam como literatos. Tanto Raimundo José da Cunha Matos como Januário da Cunha, fundadores do IHGB, eram servidores do Estado.

de 1849. Em 1851, sairia a sua primeira edição em livro. *O corsário* tem como paisagem de sua narrativa a Província de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, e a trama se desenvolve na região do litoral sulino, mais especificamente, à época, na vila de Tramandaí, São José do Norte, Pelotas, Viamão, Gravataí, Capivari, Itapuã, Tapes, Pedras Brancas, Bagé, Santo Antônio da Patrulha, Mostardas, São Francisco de Paula e Porto Alegre, também, o período no qual se passa história o romance é a quadra histórica da construção da ordem monárquica.

O romance começa com uma descrição do ambiente, pois, este tipo de procedimento foi comum em muito dos romances românticos do século XIX, também, o narrador tomou um acontecimento como o iniciador da intriga, que era corriqueiro nas praias sulinas à época, o naufrágio de barcos próximo a Tramandaí. Assim, narrador apresenta um dos veios por qual se constrói a narrativa do romance: o emaranhado relacionamento do trio Vanzini, Maria e João Marinho. O personagem Vanzini, que saíra fugido de Veneza,<sup>21</sup> naufraga em Tramandaí, sendo resgatado por Maria, filha de pescadores, que por ele se apaixona, contudo, no desenvolver da trama ele a engana. Ademais, Vanzini era corsário desde as guerras cisplatinas e tinha um circuito de proteção em São José do Norte e adjacências, em particular com o comerciante Matias. Contudo, antes do engano relativo a Vanzini, a personagem de Maria, moça virtuosa e cristã, foge com Vanzini porém, a família descobre e sai em perseguição a ambos. Quando Vanzini é finalmente desmascarado em suas intenções, Maria recupera sua virtude e vem a amar um honrado vaqueano, João Martinho. Portanto, um dos veios por qual se desenvolve o romance centra-se no triângulo amoroso entre os personagens Maria, João Martinho, vaqueano, e o italiano Vanzini, o corsário.

O outro veio do romance narra a história dos moradores do litoral sul-riograndense, o seu cotidiano e a subsistência. Também, narra como os moradores do litoral dependiam de uma intrincada relação econômica com os corsários e política

---

<sup>21</sup> Vanzini vem à América para fugir de uma vingança, pois estava jurado de morte por uma família aristocrata veneziana. Vanzini seduziu e desonrou Anita Pompili, que comete suicídio. Seu irmão, Giacompo Pompilli, que quando chegou a Tramandaí virou um agregado de Matias, veio atrás para matá-lo em vingança à desonra.

com os farroupilhas. Assim, a narrativa centra-se em duas famílias. A primeira família é a de Filipe, pai de Maria, que morava em Tramandaí e sobrevivia dos despojos de navios naufragados em Tramandaí. Além disso, Filipe comandava esse negócio e em sua habitação moravam seus empregados, entre eles, João Martinho. Também, há uma outra família a de Matias, pai de Manoelzinho, que foi o mais importante contrabandista em São José do Norte (também uma cidade litorânea).<sup>22</sup> Ademais, era Matias quem tinha os contatos econômicos e políticos com os corsários e os farroupilhas. Além disso, as duas famílias, a de Filipe e Matias, eram amigas e tinham negócios conjuntos.

Para desenvolver a hipótese do artigo, opta-se por desenvolver a história literária do segundo veio do romance. Esta parte, entre as duas, é a que consegue operacionalizar de forma satisfatória a ligação entre a construção da ordem e a escrita de história em *O corsário*.

## 5.2. O desenvolvimento do enredo.

No desenrolar da trama do romance *O corsário*, Filipe envia uma carta à Matias em que conta que está apoiando uma sociedade política, que se estabeleceu em Porto Alegre, sob o comando de um velho general do Estado Oriental, e que tem por fim “um pacto com alguns de nossos patrícios, a bem de formar-se uma federação entre esta província e aquele Estado” (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 61). Na carta, Filipe pede que Matias participe deste plano. Ao ler a carta Matias dá um grito e pensa:

Uma revolução! [...] é um manancial de riquezas para os contrabandistas e para todos aqueles que sabem aproveitar-se da perturbação e da desordem das famílias. Quanto dinheiro emprestado a troco de hipotecas de bens, cujo valor sobe às vezes a dois mil por cento!... Quantos contratos com o governo, quantas conveniências particulares, e quantas com os agentes das administrações militares!... Oh! Tudo isto são lucros incalculáveis; são lucros que podem tornar-me o mais rico dos homens, que podem aumentar a minha consideração social a ponto que todos dependam de mim, e que sem mim não possam viver (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 61).

---

<sup>22</sup> Sobre o contrabando em *O corsário*, ver Tomasi (2007, p. 75-77).

Ora, a revolução, que o narrador apresenta, é a Farroupilha e, desse modo, ela encontra no romance, de Caldre e Fião, o sentido da desordem social e familiar em que a vantagem individual e o lucro fácil e manipulador adquirem o significado do que seria a Farroupilha. Não haveria ideais por que lutar no movimento revolucionário, apenas a pretensão de se tornar rico como um fora da lei enquanto contrabandista. De volta a narrativa do romance, Matias recebe a notícia de que os caramurus<sup>23</sup> estavam animados e que Silva Tavares<sup>24</sup> virou comandante superior da Guarda Nacional. A partir destas notícias, Matias perguntou a seu interlocutor se Bento Gonçalves<sup>25</sup> não é mais amigo do presidente Braga<sup>26</sup> e ele lhe respondeu que o presidente virou a casaca e era, agora, caramuru. Logo, que soube disso, Matias foi ao encontro de Bento Gonçalves, encilhando o cavalo e indo rumo a estância. Para o narrador, Bento Gonçalves, com sua afabilidade costumeira, era:

um homem de estatura regular: sem ser gordo, o seu corpo não era, contudo, muito delgado. A sua presença agradável atraía desde logo a simpatia dos outros; simpatia que se vigorizava com o seu trato e maneiras delicadas. Ele não parecia um oficial de guerrilhas acostumado ao trato grosseiro dos gaúchos, e à cavalheirosa altiveza dos *monarcas*, mas sim um homem educado nos salões polidos e magníficos das cidades; o seu espírito ativo e a sua sagacidade própria supriam bem as estudadas ilustrações que se adquirem nas escolas. A estratégia lhe era conhecida, e se ele não tinha na arte da guerra os conhecimentos matemáticos que soem fazer um hábil general na velha e carcomida Europa, a prática lhe havia ensinado mais do que era preciso a um soldado da América [...] ele era também insuflado pelo santo fogo do amor à pátria; tinha-se desde os seus primeiros anos empregado no serviço do país contra as repúblicas vizinhas (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 76).

---

<sup>23</sup> À época, caramuru eram como eram conhecidos os legalistas, isto é, os que estavam ao lado da monarquia.

<sup>24</sup> João da Silva Tavares (1792-1972), Visconde de Cerro Alegre, foi um militar que à época da Farroupilha ficou ao lado da monarquia.

<sup>25</sup> Bento Gonçalves da Silva (1788-1847) foi um militar e estancieiro sul-rio-grandense e o grande líder da Farroupilha.

<sup>26</sup> Antônio Rodrigues Fernandes Braga (1805 - 1875) foi um juiz, ouvidor de comarca, desembargador e político brasileiro, foi deputado geral e presidente da província do Rio Grande do Sul quando da Farroupilha, de 2 de maio de 1834 a 21 de setembro de 1835

Bento pediu a Matias que se reunisse homens na costa e os levasse a Viamão<sup>27</sup> aonde que prestariam um grande serviço ao país.<sup>28</sup> Em meio a conversas, Matias perguntou que lucro teria em ajuda-lo na guerra, Bento Gonçalves lhe responde que os lucros seriam muitos, tais como: a glória das gerações futuras, quando os grilhões da tirania e do despotismo aprisionam seus patrícios ele plantaria a árvore da liberdade e os defensores da liberdade não morrem, vivem na lembrança eterna dos povos. Contudo, Matias polidamente o rebateu, querendo saber de que serve essa coisa que nunca morre e, assim, dizendo que o que importa era ganhar dinheiro para deixar para os filhos, ao que Bento Gonçalves o retrucou, afirmando-lhe que um homem não se reduz a si e sim à sua pátria, sua grande família, e que a pátria não poderia ficar abandonada à mercê de tiranos. Assim sendo, Matias abanou a cabeça e disse que se fossem somente os lucros não teria dúvida, porém, ao fim, concordou em participar, dos planos de Bento Gonçalves, pensando nos lucros que poderia auferir.

No desenrolar da narrativa, Matias encontrou seu amigo Pedro Joaquim, em Pelotas,<sup>29</sup> e lhe falou do plano revolucionário dos farroupilhas. Contudo, ele desaconselhou Matias a participar da revolução. Entretanto, Matias diz a seu amigo que

para um homem enriquecer não a nada como a revolução. Olhe: os assaltos de uma cidade; a emigração dos proprietários; a falta de ordem nas escriturações das repartições públicas; os roubos aos particulares; e por fim compram-se casas baratas; empresta-se dinheiro aos enforcados; negocia-se à grande com a nação, e aí é que temos mel aos potes: o que vale cinco, mete-se por vinte e cinco; e assim é o mais [...] É pescar nas águas turvas: os peixinhos estão tontos, caem que é um gosto (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 83).

Desta forma, a Farroupilha é rerepresentada, no romance *O corsário*, como uma oportunidade de assaltos, roubos e falcatruas, também, o lucro fácil e a falta da

<sup>27</sup> Cidade no nordeste do Rio Grande do Sul, vizinha a capital Porto Alegre.

<sup>28</sup> Na sequência da trama, Bento Gonçalves afirmou a Matias que o irá proteger das perseguições de Vanzini, (pois, por destrato de negócios, Vanzini começou a persegui-lo) por que ele se dedicou à causa da pátria.

<sup>29</sup> Cidade no sudeste do Rio Grande do Sul. Principal cidade charqueadora, à época, e ficava no meio do caminho entre Porto Alegre e Camaquã aonde Bento Gonçalves tinha sua estância.

moral cristã das pessoas é o que estaria em torno da revolução. Desse modo, a desordem reinaria através dos revolucionários. Assim, no momento da construção da nação brasileira, a Farroupilha era narrada como uma desordem, como baderna e uma revolução sem princípios em que apenas aproveitadores e ladrões poderiam ser beneficiados com ela. O desenvolvimento do enredo de *O corsário*, fornece mais fôlego a hipótese do artigo, pois, a escrita história literária do romance/fonte se articula com o lugar institucional e com a prática da construção da ordem do Brasil monárquico e, assim, construindo um sentido histórico para a Farroupilha que se refere ao projeto de construção da jovem nação.

### 5.3. O desenlace da estória

De volta a narrativa do romance, a Província inteira sabia que Matias havia aderido à causa revolucionária dos farroupilhas. Contudo, a sua esposa, Mariana, não queria que ele participasse do que ela considerava uma revolução maldita, portanto, neste meio tempo, Mariana recebe uma carta de Bento Gonçalves, pois, este, sabendo que seus planos com Matias foram descobertos, declarou que Matias e ele nada combinaram nem entraram em negócios juntos e que faria uma reparação se ela achasse necessário, até mesmo mandando publicar em um jornal uma reparação pública. Assim, Mariana sabia que a carta não era verdadeira, mas, era necessária, pois, para o narrador, Matias cometera: “a grande falta que um pai de família pode cometer, quando se extravia de suas ocupações lícitas, para cuidar em fomentar a intriga dos partidos, ou servir a meros caprichos pessoais que sempre arrastam após si medonhos males sociais” (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 131).

Algum tempo depois, as famílias de Matias e Filipe se encontravam juntas e, por indiscrição de Matias, toda a Província já sabia do plano dos farroupilhas, o que gerou reações políticas. Portanto, querendo ocultar seu plano, Bento Gonçalves enviou uma carta à Matias na qual exigia, para tentar ocultar sua revolução, que este

fosse embora da Província com sua família e não voltasse até segunda ordem e, também, se não obedecesse a suas ordens, a sua vida e a vida de sua família estariam em perigo.<sup>30</sup> E, avançando no desenvolvimento da trama do romance

Era este o tempo em que o presidente Braga já havia evacuado a província, e em que o valente coronel Silva Tavares havia debandado a sua força, e se retirado para o Estado Oriental do Uruguai. A província estava toda entregue aos revoltosos; Bento Gonçalves gozava os louros do seu triunfo (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 197).

Portanto, após o início da revolução, a narrativa avança quatro anos no tempo e Filipe, a sua família e o seus agregados, que no início apoiaram a revolução, agora estão contra a desordem social que ela provocou:

Quatro anos se têm passado, e tantas letras foram escritas pela mão do tempo na vida destes pobres habitantes da costa do mar. As lutas que desolaram o interior da província aí vieram refletir as suas tristes cenas. Todos os pobres pescadores habitantes das areias se têm ressentido delas. As cidades bloqueadas, fortes alevantados em Itapoã, os combates diários têm destruído e enfraquecido o comércio, e enfraquecido a navegação para o porto do Rio Grande: por isso raros navios têm naufragado na Costa; bem raros e insuficientes para sustento de todos os seus habitantes. Verdade é que Filipe tem a administração da casa de Matias, donde alguns rendimentos estão à sua disposição. Mas ele, escrupuloso em demasia, não lança mão deles; sofrerá antes a miséria do que abusar do tesouro que lhe é confiado. Filipe está na miséria; sua família sofre, e os seus amigos ainda mais do que ela (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 21).

---

<sup>30</sup> Neste momento da narrativa Vanzini que, procurando novas formas de lucros fáceis como corsário, encontra-se com Simplício, um velho amigo, que lhe informou que Matias havia partido da Província e que Filipe ficou com suas posses e encarregado de, em segredo, juntar homens para a revolução. Além disso, Bento Gonçalves ficou sabendo das histórias de corsário de Vanzini e, também, de sua fuga com Maria e, portanto, o considerou indigno de pertencer à revolução, desse modo, Vanzini ficou contrariado, pois não conseguiria tomar o comando da esquadilha da república. Assim, Vanzini não conseguiu comandar a esquadilha marítima farroupilha, mas acabou trabalhando sob as ordens de Garibaldi: “As incursões políticas, isto é, o curso que Vanzini faz na *Lagoa dos Patos*, debaixo das ordens de Garibaldi” (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 218). E prossegue o narrador: “Contava-se ainda mais, como cousa certa, que um dos companheiros de Garibaldi, que com ele tinham feito as mais infames piratarías na *Lagoa dos Patos*, era o que comandava e o que dirigia a reunião. Algumas das famílias que existem ainda por aí queixaram-se amargamente de se verem expostas a visitas desses ladrões, aves de rapina que levavam consigo quando encontravam, ainda mesmo dos mais pobres” ou “porque Vanzini servira com Garibaldi, e porque ele era, como Garibaldi, um homem amigo da pilhagem... e o é ainda!” (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 256).

De volta à narrativa, e passados esses anos, Filipe se perguntou “e que faremos no meio das desordens?” (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 221) e diz a seus agregados: “eu meti-me na revolução, e sou hoje vítima dos negros resultados que ela nos deixou” (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 221) e, também, testemunhou o seu arrependimento de ter sido agente da revolução e que entrou nela

porque era incauto, e não sabia então que os rebeldes e os revolucionários são, a mor parte das vezes, ou sempre, especuladores miseráveis, a quem nada importam as desgraças da pátria, as lágrimas das mães, os gemidos dos órfãos; enfim, a miséria de todos. Um desses desvairados devia ser considerado como o maior inimigo da humanidade [...] Insistirei ainda recomendando o perdão para o culpado; mas fugi do revolucionário como um inimigo tentador que vos arrasta com boas palavras ao abismo insondável dos perigos. Fugi dele, porque, se ele não achar apoio, não prosseguirá em seus crimes, resignará seu peito na malvadez que nutre, sem poder derramá-la na cabeça dos outros. Eu estou arrependido [...] porque ainda desconhecia a malvadez daqueles que me incitavam (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 222-223).

Os farroupilhas, como seriam todos os revolucionários, são inimigos da humanidade e, no caso concreto, da construção da ordem monárquica. Filipe desilude-se com a revolução, o personagem no decorrer da intriga desenvolve uma consciência negativa dos farroupilhas e acaba por se afastar da revolução. Não sem razão, Filipe pede a todos que se afastem dos farroupilhas, pois ao se reconverter à ordem (monárquica), ele se reencontra com a moral cristã, reinterpretando os farroupilhas como inimigos e criminosos. Onde, outrora, via o futuro da Província, Filipe descobriu a maldade e torna-se arrependido de ter lutado contra a ordem, a família e a nação e, também, nada poderia ser mais interessante para um projeto de representação da nação brasileira, monárquica e centralista, que este entendimento em relação a rebelião republicana dos farroupilhas.

De volta a narrativa do romance, Matias e a sua família voltaram à Província após quatros anos de exílio e são recebidos com um almoço e, assim, Matias faz sua reflexão sobre a Farroupilha:

Hoje é que eu me acho desenganado: as riquezas não valem nada, porque o que tudo vale são a honra e a virtude!... Foi esta a cruel lição que eu recebi em meu desterro decretado por um homem que se intitulou – *Salvador da pátria* – [...] Cuidai, pois, meus filhos em

trabalhar para a honra e para a virtude, e não vos fieis jamais nesses que intitulam – *Salvadores da pátria* – procuradores do povo –; porque o único motivo que os leva a isto são seus interesses... os mais vis interesses!... (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 262).

No fim, da mesma forma que Filipe, Matias reavalia sua participação na revolução e, também, retorna, no desfecho do romance, para o lado da virtude e da ordem monárquica. Matias foi dissuadido de que a fortuna seja o objetivo da vida e aprende, pelos exemplos dos rebeldes farroupilhas, que o que importa são a honra e a virtude (cristã) e acredita que aprendeu a lição de nunca mais seguir um salvador da Pátria (Bento Gonçalves) que só abraçou seu interesse privado e a miséria da nação. Ora, a hipótese que guia este artigo ganha mais folego ainda, pois, a história literária sobre a Farroupilha em *O corsário* se articula com o projeto da Corte para a construção da ordem monárquica, pois, a Farroupilha, que fora um movimento político-militar que tensionara as relações entre a Província e a Corte, recebeu a sua significação a partir do lugar, da prática e da escrita do romancista Caldre e Fião construindo um sentido narrativo em que os rebeldes revolucionários não passavam de especuladores miseráveis que, com sua ação política e militar, causam desgraça à família e a infelicidade da sociedade do Brasil meridional.

#### 5.4. A forma da escrita literária em *O corsário*

O romance de Caldre e Fião pode ser caracterizado como folhetim<sup>31</sup> e, desse modo, há quatro elementos que o caracterizam. O primeiro é o culto à peripécia, onde há continuamente um episódio (quando Bento Gonçalves expulsa Matias e sua família), em que o acontecimento sobrecarrega dominando inevitavelmente o andamento da narrativa. O segundo elemento é a digressão, que é a inserção de narrativas paralelas à principal (há inúmeras no romance). O terceiro elemento é a crise moral, vide o caso de Matias e Filipe. O quarto elemento é o cuidado de deduzir a

---

<sup>31</sup> Sobre o gênero do folhetim ver: Candido (2013) o capítulo “Sob o signo do folhetim: Teixeira e Sousa”. Também, para Gomes (2009, p. 61), “Nascia assim o romance-folhetim, para *educar* e *comparar* os modos de ser na cidade e no campo, do litoral e do sertão, de forma que os escritores urbanos *ensinavam* e *explicavam* didaticamente pelos exemplos dos personagens, as qualidades e as maneiras desejadas ou não pelo pensamento civilizado para a sociedade em formação”.

moral dos fatos, isto é, no romance a moral cristã e a construção da ordem monárquica condenam a Farroupilha. Desse modo, na conformação do gênero folhetinesco, emerge o combate do bem contra o mal e, portanto, no fim do romance as famílias de Matias e Filipe encontram Vanzini morto por seus companheiros de pirataria e todos rezam por ele, assim, o romance obedeceu ao plano intelectual do folhetim de Caldre e Fião, o bem é recompensado e o mal é punido. Além disso, mais um fato que interessa à análise: há a carência de organicidade na conexão das várias histórias paralelas entre elas e com a principal.

A escrita literária da história, no romance *O corsário*, ficou articulada à construção da ordem monárquica, logo, a Farroupilha e seus personagens são colocados em contraste com o projeto da construção da ordem e, assim, o narrador descreve os farroupilhas como bandidos, criminosos, mentirosos e vis salvadores da pátria. Portanto, quando Matias resolve se unir aos farroupilhas é para burlar a ordem e, pela ganância, se distanciar da moralidade cristã e da nação. Em *O corsário*, permanece a luta do bem (Monarquia) contra o mal (Farroupilha) e a condenação da desordem no movimento revolucionário. O triunfo da virtude, tanto com Maria (salva de Vanzini) quanto em relação à nação (salva da revolução dos rebeldes farroupilhas), foi construído em seu romance cujo moralismo reestabelece o primado da justiça sobre a traição. Portanto, ao examinar-se a forma da escrita literária da história em *O corsário*, a hipótese que norteia o artigo, demonstra que a obra de Caldre e Fião pode ser compreendido como um romance com um viés pedagógico, querendo instruir aos leitores da época exemplos a respeito de ética social e da moral cristã, além disso, forma uma trama histórica para fornecer o exemplo para compreensão de como a Província, mais ao sul do Império, equivocou-se com a emergência da Farroupilha, isto é, contra a construção da ordem monárquica.

## 6. Considerações finais

O romance de Caldre e Fião se articula a uma memória e identidade do pós-independência, em que os letrados brasileiros desenvolveram uma literatura nacional que escreveria a história da jovem nação. A construção da ordem foi um vetor intelectual para pensar a literatura, a história e uma cultura não mais luso-

brasileira, mas brasileira, que permitisse conhecer o novo país em sua geografia e em sua história através do romance.

A narrativa literária de *O corsário* se entrelaça ao projeto da monarquia de construir a nação tanto do ponto de vista institucional, em que os letrados eram servidores do Estado, como estético-político, onde a escrita articula-se à monarquia. Desse modo, política e literatura se uniam, pragmaticamente, na escrita desses letrados para construir a imagem da jovem nação. E, desse modo, a Farroupilha ganhava seus primeiros contornos literários, também, a sua memória começava a ser construída em torno do lugar social e das instituições da monarquia e, ademais, a sua prática se operava dentro do romance romântico e, por fim, a sua escrita apresentou uma Farroupilha tramada pela vingança, pela cobiça e pelo desvirtuamento moral.

Por fim, a hipótese que conduziu este artigo possibilitou entender a ligação entre o contexto e o romance e, assim, o sentido da Farroupilha. O caminho usado para isso, a operação literária da história, possibilitou a averiguação, do lugar social, da prática literária e a escrita da história pela literatura em *O corsário*, e demonstrou a complexa teia de significados trabalhos literariamente em um texto.

## 7. Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. In: *Revista brasileira de ciências sociais*, vol. 15, nº 44 outubro de 2000.

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em história).

CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. *A divina Pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992. Original: 1847.

CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. *O Corsário: romance rio-grandense*. Porto Alegre: Movimento, 1979. Original: 1851.

CÂMARA, Antônio Manuel Correia. *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Original: 1846.

- CANDIDO, Antônio. *A formação da literatura brasileira: Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra. *Escrita, linguagem, objetos: Leituras de história cultural*. Bauru: Edusc, 2004. (a)
- CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência: Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. In: *História Unisinos*. Vol. 8, nº 10, jul/dez, 2004. (b)
- COUTINHO, Saturnino de Souza e Oliveira. *Bosquejo histórico e documentado e negócios do Rio Grande*. Porto Alegre: Corag, 1986. Original: 1841-1842.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso – um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: Editora Associadas/Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura de Porto Alegre, 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- Hartog, François; Revel, Jacques. “Note de conjuncture historiographique”. In: Hartog, François; Revel, Jacques (sous la direction). *Les usages politiques du passé*. Paris: EHEES, p 13-24, 2011.
- LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860/1910)*. UNICAMP/IFCH, 2004) Tese (Doutorado em história).
- LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. *O Controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Mool Flanders, Tristram Shandy*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

- MAGALHÃES, Gonçalves. Ensaio sobre a história da literatura. In: *Niterói*, Revista Brasiliense. Ciência, Letras e Artes. Paris: Dauvin et Fontaine, libraires, 1836. Tomo 1.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: Grinberg, Keila; Salles, Ricardo (org.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Vol. 2.
- REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. *A divina Pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.
- RICOEUR, Paul. A composição da intriga. In: *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. V.1
- RICOEUR, Paul. O entrecruzamento da história e da ficção. In: *Tempo e narrativa: O tempo narrado*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. V. 3
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Entre a geração crítica e o giro linguístico: contribuição à história da historiografia sul-rio-grandense. In: SOARES, Fabrício A. A.; MARTINS, Jefferson Telles. *História e historiografia sul-rio-grandense*. Criciúma: EdiUnesc, 2019.
- SOARES, F. A. A. História das narrativas da Farroupilha. In: SOARES, Fabrício A. A.; MARTINS, Jefferson Telles. *História e historiografia sul-rio-grandense*. Criciúma: EdiUnesc, 2019.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: As identidades nacionais. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.
- TOMASI, Greice. *Leituras na fronteira: um estudo sobre a relação entre literatura e história nas obras de Caldre e Fião*. Caxias do Sul: UCS/CCS, 2007. Dissertação. (Mestrado em História).